



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
Curso de Publicidade e Propaganda

CAROLINA PUGLIESI

**A COMUNICABILIDADE DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA  
NO CONFLITO COM OS REGIMES DE VISIBILIDADE  
DA SOCIEDADE ATUAL**

GOIÂNIA  
2022

CAROLINA PUGLIESI

**A COMUNICABILIDADE DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA  
NO CONFLITO COM OS REGIMES DE VISIBILIDADE  
DA SOCIEDADE ATUAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do grau de publicitária.

**Orientador:** Prof. Dr. Luiz Signates.

GOIÂNIA  
2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO: PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**A COMUNICABILIDADE DA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA  
NO CONFLITO COM OS REGIMES DE VISIBILIDADE  
DA SOCIEDADE ATUAL**

CAROLINA PUGLIESI

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado em \_\_\_\_-\_\_\_\_/\_\_\_\_ para  
obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em  
Publicidade e Propaganda.

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Luiz Signates  
Orientador

Prof. Dr. Luiz Carlos

Profa. Dra. Jullena Normando

Dedico à minha querida avó, Maria Aparecida Borges,  
minha maior referência, na qual eu não poderia deixar de me espelhar.

Sua luz será eterna para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente:

Ao professor, Luiz Signates, orientador e exemplo que levarei para toda vida. Foi um privilégio poder contar com sua dedicação incansável, paciência e segurança ao longo dos anos de trabalho juntos.

Aos meus pais, que sempre me apoiaram nas minhas decisões e me proporcionaram sempre o melhor dentro de suas circunstâncias.

E, por fim, aos meus amigos, que tornaram todo o processo tranquilo e leve.

## RESUMO

A comunicação e seus desdobramentos têm ganhado proporções cada vez maiores nos dias de hoje. Por outro lado, ao falar em comunicação, também se fala de educação e da forma como ela se adequa aos fenômenos comunicacionais ao longo do tempo. Este trabalho teve como objetivo analisar de que forma a educação tem se adaptado às mudanças comunicacionais entendendo até que ponto seus aspectos são considerados na tarefa de ensinar e quais pontos são merecedores de atenção.

**Palavras-chave:** comunicação; educação; ciência básica; epistemologia.

## **ABSTRACT**

Communication and its ramifications have gained increasing proportions these days. On the other hand, when talking about communication, we also talk about education and the way in which it adapts to communicational phenomena over time. This work aims to analyze how education has adapted to communication changes, understanding to what extent its aspects are considered in the task of teaching and which points are worthy of attention.

**Keywords:** communication; education; basic science; epistemology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>O PROBLEMA COMUNICACIONAL.....</b>	<b>12</b>
2.1	CONCEITOS DE COMUNICAÇÃO.....	14
2.2	OS MODELOS DE COMUNICAÇÃO.....	15
2.3	COMUNICAÇÃO COMO CIÊNCIA BÁSICA TARDIA.....	20
2.4	CLAMOR DE CONTEXTO.....	21
<b>3</b>	<b>A QUESTÃO DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>25</b>
3.1	O CONCEITO DE EDUCAÇÃO.....	25
3.2	O PROBLEMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	27
3.3	LEGISLAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL.....	29
<b>4</b>	<b>COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E IMAGEM .....</b>	<b>43</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>47</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema central desse trabalho é 'A comunicabilidade da educação contemporânea no conflito com os regimes de visibilidade da sociedade atual'. Sua relevância consiste no simples fato de que a comunicação está em toda parte. Ela permeia todas as relações humanas e suas diversas interfaces. Sabe-se que, com o passar das décadas, a maneira de produzir e transmitir informações sofreu mudanças em todos os sentidos: se antes elas estavam concentradas em livros, revistas e jornais impressos, hoje elas se encontram difusas e dinâmicas em redes diversas e em um volume muito maior do que antes. Sua relevância se tornou ainda mais evidente com o desenvolvimento tecnológico e o fenômeno da globalização.

Assim, buscou-se responder o seguinte questionamento acerca desse tema: de que forma acontece a comunicabilidade da educação contemporânea diante dos novos regimes de comunicabilidade na sociedade contemporânea? Este questionamento é fundamental para entender como a educação brasileira tem se adaptado às novas formas de comunicação contemporâneas, já que é através desse elo que se pode dar o primeiro passo para uma educação libertadora e emancipadora.

Esta reflexão leva ao fio condutor desta monografia: o grande desafio na tarefa de educar mediante o momento relevante para a sociedade e para a ciência que estamos vivendo. E, ainda, a maneira como as práticas educacionais se comportam diante dos novos regimes de comunicabilidade da sociedade contemporânea. É essa a realidade que urge por pesquisas, reconhecimento e investimentos em uma educação digital que: ensine os jovens a serem capazes de raciocinar e não apenas compartilhar textos sem fundamentos; a não se deixarem enganar por conteúdos incoerentes e sensacionalistas; a distinguir informação de conhecimento; que conscientize as próximas gerações acerca do papel de cada um na construção de uma sociedade democrática; e, por fim, que eles possam entender que conhecimento é poder (BARBERO, 2000).

Este trabalho teve origem em uma pesquisa de iniciação científica, intitulada 'Comunicação, ciência e educação: um estudo sobre a comunicação contemporânea e seus desdobramentos na educação brasileira' (FREITAS; PUGLIESI, 2020), realizada de 2020 até 2022, com o intuito de entender até que ponto a comunicação é vista como uma ciência básica tardia. Todo o processo, da pesquisa de iniciação

científica até a orientação do presente trabalho, esteve sob a orientação do professor Luiz Signates.

Freire (1983), muito à frente de seu tempo, já alertava sobre os perigos e desafios que a educação teria que enfrentar quando falava em ‘educação de massas’ e manipulação através dos meios. Além disso, a educação poderia ter um caráter tanto libertador quanto aprisionador, pois ela “[...] pode ter a roupagem alienada e domesticadora ou ser uma força de mudança e libertação” (FREIRE, 1983, p. 36). Paulo Freire defendia que somente uma educação realizada por meio do desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade permitirá que as pessoas saiam da condição de desinformação, manipulação e ignorância. Já que é a situação de submissão que favorece a atitude de renúncia da própria capacidade de interferir e participar da transformação da sociedade (PINHEIRO, 2013).

Nessa linha de raciocínio, considera-se a educação como um elemento que contribui para a transformação da sociedade. Se por um lado existe a lógica de globalização, produção e ‘consumo guiado’, por outro há a ideia de que a emancipação das pessoas, através da educação voltada para sujeitos conscientes de si mesmos e de suas próprias convicções, as torna não-vulneráveis aos apelos externos de forma tão alienadora como ocorre atualmente. Ora, se a comunicação acontece na sociedade e através dela, no fim das contas é de pessoas que se trata, não de mercadorias.

Um dos principais obstáculos de estudar a comunicabilidade da educação contemporânea no conflito com os regimes de visibilidade da sociedade atual é o fato de haver poucas pesquisas na área quando se compara a quantidade de estudos voltados unicamente para o uso de tecnologias em sala de aula, simplificando a questão ao se observar somente os meios. A comprovação disso está no capítulo onde estão apresentados os resultados do levantamento bibliográfico dos principais temas estudados no campo educacional e comunicacional.

Idealmente falando, esperava-se que a comunicação fosse entendida como um campo de estudo que está em constante mudança e transformação e cuja complexidade é notória. No entanto, o que se tem é um verdadeiro fetichismo tecnológico e uma simplificação da questão, reforçando a visão instrumentalista que aprisiona sujeitos ao invés de libertá-los para a crítica e a verdadeira percepção. Não é objetivo desse estudo se posicionar contra o uso de tecnologias em sala de aula,

mas sim defender que cada sujeito perceba o mundo em sua volta muito além das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). E, desta forma, que cada pessoa possa saber o que está fazendo, quais opiniões possui e que participe ativamente da transformação da sociedade. A construção de um pensamento de educação libertadora se dá com a desconstrução da imposição e da autoridade. É fundamental ir além da visão instrumentalista, como mencionado. Espera-se, com este trabalho, contribuir com a difusão das pesquisas da comunicação como ciência básica e a evolução das práticas educacionais no Brasil.

Esta monografia está dividida em três capítulos, além desta introdução e das conclusões, cujos objetivos são: entender em profundidade o conceito de comunicação e suas interfaces, compreendendo de que forma essa comunicação pode ser entendida como uma ciência básica tardia no mundo contemporâneo; examinar o percurso em que a essa ciência vem se desenvolvendo até se tornar o que é hoje juntamente com o conceito de educação, observando a legislação brasileira; e, por fim, entender os conflitos existentes entre a escola e as imagens ao passo que são percebidos os desafios que as práticas educacionais devem enfrentar.

No primeiro capítulo aborda-se o conceito de comunicação, o entendimento dela como uma ciência básica e apresenta-se uma breve releitura histórica de seu desenvolvimento. No segundo capítulo aborda-se a comunicação ao lado da educação. Nela se discute o conceito de educação, examina-se brevemente a legislação brasileira – em nível municipal, estadual e nacional – e apresenta-se possíveis considerações sobre as práticas pedagógicas diante da globalização.

No terceiro e último capítulo fala-se sobre o conflito entre educação e comunicação em um mundo ditado por imagens. Aqui, aborda-se a visão de Michel Tardy, na obra 'O professor e as imagens' (1976), buscando perceber o que há de comunicacional nas imagens e a percepção delas como arte, elemento comunicacional e outras abordagens.

A pesquisa em questão é de natureza básica, já que, segundo Appolinário (2011, p. 146), tem como objetivo principal “[...] o avanço do conhecimento científico, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Abordagem selecionada foi a qualitativa, que difere do método quantitativo na medida em que não se emprega um instrumental estatístico como base na análise de um problema, não pretendendo medir ou numerar categorias (RICHARDSON *et*

*al.*, 1989). Quanto aos objetivos, a pesquisa foi classificada como exploratória, pois, segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. O método é classificado como pesquisa bibliográfica por que, de acordo com Severino (2007), ocorre dentro de pesquisas de registros disponíveis e fontes de temas a serem pesquisados.

[...] a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).

O contexto analisado é o das práticas educacionais em paralelo com o desenvolvimento tecnológico dentro do campo comunicacional no decorrer das décadas. E o objeto da pesquisa são as práticas educacionais nesses períodos históricos juntamente com as formas de se comunicar.

O procedimento escolhido foi a análise documental, sendo considerados documentos relevantes: livros de autores da área, periódicos e dispositivos legislativos, bem como meios audiovisuais – documentários, filmes e outros. Os principais autores que contribuíram teoricamente com este trabalho são: Paulo Freire, Régis Debray, José Luiz Braga e Luiz Antônio Signates.

## 2 O PROBLEMA COMUNICACIONAL

As transformações comunicacionais são uma constante desde que o homem começou a se relacionar e a transmitir seus saberes ao longo dos séculos. A narrativa ora consolidada através da tradição oral foi transmutada em símbolos, códigos e escritas de civilizações inteiras. Se em um momento a pintura era a manifestação da sobrevivência, em outro ela foi a estética. Não é possível saber com total certeza a origem do fenômeno comunicacional, mas se pode afirmar que a comunicação e suas manifestações ao longo da humanidade compõem um sistema que perpassa todas as eras de forma simbiótica e em estado de mudança constante.

As consequências dessa sociedade nordeada pelo volume e fragmentação de tudo o que há são diversas e é de grande importância que sejam estudadas. Dentre elas está a noção de que o desenvolvimento tecnológico proporcionou, indiscutivelmente, facilidades e inovações no cotidiano das pessoas. Por outro lado, as consequências advindas desse fenômeno adquiriram dimensões gigantescas e difíceis de serem controladas – como é o caso da proporção que as *fake news*, a pós-verdade e a perda de noção da realidade adquiriram (OLIVEIRA; TOLOTTI, 2020).

Oliveira e Tolotti (2020) citam o estudo de Tandoc Júnior, Lim e Ling (2017) no qual estes autores identificaram seis formatos em que as *fake news* podem ser apresentadas: fabricação, manipulação, material publicitário e propaganda, sátira de notícias e paródia de notícias. Para os autores, o ponto em comum dessas formas em que as notícias podem aparecer é o referente à simulação de notícias reais, perpassando desde a interface de sites até a autoria das mesmas.

Apesar da centralidade que possuem na contemporaneidade, não se sabe ao certo as origens das *fake news*, mas há estudiosos, como Paul Veyne, que estimam sua existência desde os mitos na Grécia antiga, com a tradição oral. Ele afirma que “Os homens não encontram a verdade, a constroem, como constroem sua história” (VEYNE, 1984 *apud* ALTARES, 2018).

Marc Bloch, historiador influente do século XX, dedicou boa parte de seus estudos a analisar as notícias falsas ao longo da existência humana através do que ele chamava de ‘busca do erro e da mentira’, sobretudo ao perceber seus danos nocivos no período entre guerras. O estudioso observou que as mentiras surgiram de observações individuais e imprecisas, mas que o erro existe, sobretudo, quando essa

informação chega a pessoas que estão dispostas a nutrir-nas e a propagarem-nas (CARVALHO, 2019).

A notícia falsa provavelmente nasceu de observações individuais imprecisas ou relatos imperfeitos de testemunhas oculares, mas o acidente original não é tudo: por si só, realmente não explica nada. O erro se propaga, cresce e, em última análise, sobrevive apenas em uma condição – Que encontre um caldo cultural favorável na sociedade para se espalhar. (BLOCH, 1921 *apud* CARVALHO, 2019, p. 78).

Em sua obra ‘Apologia da história’ (1949) Marc Bloch observa que, desde a Idade Média até o período das grandes guerras, as falsas informações circulavam de boca a boca, vinham de muito longe, em meio a conversas aparentemente casuais. É importante lembrar que nas guerras o jornal impresso já era uma realidade, além das cartas e de algumas telecomunicações. No entanto, havia uma desconfiança muito grande acerca das informações trazidas por esses veículos e a ‘informação’ nas trincheiras – registrando que Marc Bloch foi soldado, aos 28 anos – se dava nos pequenos intervalos em que alguns grupos se reuniam (CARVALHO, 2019).

Essas sociedades sempre foram, para as falsas notícias, um excelente caldo de cultura. Relações frequentes entre os homens facilitam a comparação entre os diversos relatos. Estimulam o senso crítico. [...]. A guerra foi, sob muitos aspectos, uma espantosa experiência de regressão. Mas uma regressão jamais é inteiramente completa, e não se apaga, de uma só vez, a impressão de vários séculos de evolução mental. A credulidade no falso rumor era grande entre a soldadesca de 1914-18. (BLOCH, 1921 *apud* CARVALHO, 2019, p.56).

No entanto, não se pode falar em *fake news* sem abordar o fenômeno que as alimentam na atualidade, como é o caso da pós-verdade. De acordo com o Oxford Dictionaries (2016 *apud* CARDOSO, 2019, p. 13) esse termo pode ser entendido da seguinte maneira: “Um substantivo que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”.

Com isso, pode se dizer que o mundo vivencia uma crise de confiança com relação à verdade, sendo que uma grande quantidade de escândalos de corrupção e mentiras chegaram às pessoas ao longo dos anos. Para D’Ancona (2018), nesse contexto, no qual há mentiras em todas as partes, a mentira começou a ser relativizada. As consequências desses fenômenos podem ser observadas em todo o mundo através da distorção de fatos e da sua propagação desenfreada no ambiente

da pós-verdade, onde as falas de indivíduos tomados pelo poder das crenças pessoais e do apelo emocional se sobressaem em relação aos fatos – um bom exemplo é a trágica história de Marielle Franco em 2018 (TOLOTTI; OLIVEIRA; 2020).

O reconhecimento desse problema revela uma realidade preocupante diante do cenário caótico que estamos vivenciando, com fenômenos dos mais variados, como as *fake news* e uma pluralidade de posicionamentos em redes sociais. Local onde o diálogo entre duas ou mais pessoas deu lugar a uma ânsia por apenas falar e dizer o que pensa, sem medir consequências ou ouvir o que o outro tem a dizer; caracterizando grandes monólogos vazios de sentido, que ecoam através de compartilhamentos impensados ou de curtidas que inflam o ego de quem os profere (ECO, 2018).

A partir do século XIX, em especial, a comunicação começa a tomar uma relevância cada vez maior para a sociedade mediante suas evoluções, tanto pelo viés tecnológico quanto em termos de estrutura social. Com isso, o campo da comunicação se encontra em processo permanente de reconstrução (BRAGA; CALAZANS, 2001). Esse fato por si só torna o objeto comunicacional um espaço de dúvidas, riscos e incertezas. Nas palavras destes autores:

Estas questões, não se prestando como objeto de doutrinas rígidas, se colocam como espaço de dúvida e de incerteza. Por outro lado, talvez devido a uma ansiedade de fuga da incerteza, multiplicam-se proposições que procuram, com alguma simplicidade, apresentar soluções prontas e de pretensão mais abrangente do que o pequeno espaço em que provavelmente fazem algum sentido. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 11).

Desse modo, para que se possa alcançar um conceito de comunicação que encaixe na perspectiva aqui definida se faz necessário entender o que vem a ser de fato a comunicação, ao passo que já se entende o que ela não é, com a finalidade de alargar a discussão acerca dessa definição. Para tanto, a seguir estão listadas algumas de suas definições e, em um segundo momento, fala-se sobre as principais abordagens de alguns autores.

## 2.1 CONCEITOS DE COMUNICAÇÃO

Existem diversas formas de enxergar a comunicação. Nisto, há, inicialmente, uma tendência natural de se pensar a comunicação sob um olhar generalista, em que

o ato comunicacional é todo e qualquer vínculo entre os seres. Nessa perspectiva, pode-se supor que a comunicação acontece em ‘todos os lugares, seres e ambientes’. Logo, ela seria tudo o que há: o universo e todas as coisas estariam, então, interligadas, dando espaço a uma ótica quase que criacionista do conceito.

Apesar desse ponto de vista carregar consigo algum sentido, este entendimento não pode ser considerado uma definição para estudiosos da comunicação, porque não possui especificidade suficiente para ser um objeto de estudo. Para conceituar a comunicação são necessárias bases mais sólidas e delimitações mais nítidas.

Uma segunda forma de enxergar esse conceito seria de que a comunicação é ‘toda e qualquer relação entre seres vivos’. Nesse ponto, apesar de ser um pouco mais específico – uma vez que delimita que o comunicar ocorre somente entre seres vivos, não mais entre seres inanimados – não consegue ainda, ser uma definição interessante para os estudiosos do campo, já que este olhar se estende muito mais para a biologia e o comportamento do que ao próprio objeto comunicacional.

Há ainda, uma terceira maneira de vê-la, que é através da noção de ‘toda e qualquer relação ou troca simbólica’. De fato, a comunicação e a troca simbólica são elementos indissociáveis no ato comunicacional. No entanto, por mais que essa definição delimite as relações, na maioria das vezes, entre os seres humanos de modo geral – já que a comunicação por meio do signo e símbolos se dá em sua maioria entre seres humanos – ainda sim essa definição se prende a uma visão essencial, quase que técnica, e, para aqueles que buscam o objeto comunicacional, não atende com profundidade. Faz-se necessário, então, especificar ainda mais.

Por fim, chega-se à noção de que a comunicação pode ser vista como ‘tipos de comunicações simbólicas’. De modo que algumas relações podem ser de fato comunicacionais e outras não. Nisso se tem a lógica de que, para que uma relação seja tida como comunicação ela deve ter certas características específicas. Essas diferentes definições originaram pensamentos e definições de campos específicos que são explanados a seguir, tais como a abordagem informacional, interacional e a abordagem ética.

## 2.2 OS MODELOS DE COMUNICAÇÃO

Notavelmente, os modelos e teorias da comunicação são diversos e de grande relevância na história do fazer comunicacional. Porém, não é o intuito dessa monografia citar cada teoria, modelo e seus respectivos teóricos, mas sim demonstrar o percurso da comunicação através de alguns modelos específicos – informacional, interacional e ético – até chegar à linha de raciocínio defendida nesse trabalho.

A abordagem informacional teve, como seus principais teóricos, Shannon e Weaver (1975) e Luhmann (1997). O período em que a abordagem informacional, dos primeiros autores citados, nasceu se deu após a Segunda Guerra Mundial, momento em que as informações e a transmissão de mensagens adquiriram funções estratégicas e essenciais com fins militares.

Claude Shannon e Warren Weaver, naquele tempo, eram engenheiros de uma companhia telefônica e buscavam um modelo para transmitir informações, com o menor tempo possível, de forma sigilosa e com baixos custos (GUARALDO, 2017 *apud* SÁ, 2018). Nessa ânsia por criar um modelo replicável e econômico, nasceu o modelo Informacional Transferencial, também conhecido como Teoria Matemática da Comunicação. Claude Elwood Shannon nasceu em 30 de abril de 1916, Michigan. Foi matemático, criptógrafo e engenheiro. Já Warren Weaven nasceu em Reedsburg, em 17 de julho de 1894, e foi pesquisador e cientista matemático.

Norteados por uma visão transferencial e linear da propagação da informação, Warren Weaven e Claude Shannon criaram um modelo que em, essencialmente, há um objeto físico emissor que transmite a um receptor. Movidos pelo olhar da engenharia e da matemática, o modelo previa um olhar mecânico e puramente ‘funcional’ da propagação de dados, desconsiderando fatores semânticos, humanos ou sociais. Nas palavras dos autores:

O problema fundamental das comunicações é reproduzir em um determinado ponto, tão exato quanto possível, uma mensagem originada em um outro ponto. Frequentemente as mensagens contêm significado, isto é, elas se referem ou são correlacionadas a algum sistema de entidades físicas ou conceituais. Estes aspectos semânticos da comunicação são irrelevantes ao problema de engenharia. A faceta significativa é aquela em que a mensagem real tenha sido selecionada entre um grupo de possíveis mensagens. O sistema deverá ser projetado de modo a operar com qualquer das possíveis seleções a serem efetuadas, e não unicamente com aquela que realmente foi escolhida, posto que isto é desconhecido quando concebemos ou projetamos o sistema. (SHANNON; WEAVER, 1975, p. 33).

Outro autor que obteve destaque nesse modelo foi Niklas Luhmann, responsável por ser um dos principais teóricos da teoria informacional sistêmica. Nela, o autor considera sistemas vivos, psíquicos e sociais – o que representou certo avanço – também eram organizados e autorreferentes. Para o pesquisador sua inspiração veio da biologia e um sistema possui capacidade de transformar o outro quando entram em contato.

O ambiente não contribui para nenhuma operação do sistema, mas pode irritar ou perturbar (como diz Maturana) as operações do sistema somente quando os efeitos do ambiente aparecem no sistema como informação e podem ser processados nele como tal. (LUHMANN, 1997, p.14).

Nesse estudo o autor realiza uma abordagem da comunicação que também envolve política. Ainda assim, ambas as derivações citadas possuem limitações no que tange ao comunicacional e seu contexto. Claramente, as contribuições de ambos para pensar a comunicação, em um momento muito embrionário, velem-se, sobretudo, do viés técnico e cibernético. Mas esse olhar, para quem busca saber do objeto comunicacional, é quase o oposto do que se acredita, pois desconsidera fatores sociais e humanos para além da biologia, tecnologia e transmissão de códigos.

Quando se fala em modelos interacionais, há teóricos que contribuem mais efetivamente para o pensamento e estudo do objeto comunicacional. Neles os relacionamentos são tratados como peça principal. As derivações desse modelo são: a sociológica – que possui teóricos diversos, dentre eles Muniz Sodré; e a abordagem linguística, de José Luiz Braga.

Muniz Sodré é jornalista, sociólogo, tradutor e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nascido em 12 de janeiro, na Bahia, aponta, de maneira muito relevante, a ação comunicativa apoiando-se em um dos principais autores da comunicação: Jürgen Habermas. Segundo Sodré (2012), a possibilidade da comunicação se dá através dos vínculos sociais e, com eles, as trocas simbólicas acontecem.

A dimensão retórica é imediata e visível porque diz respeito à elocução, às práticas de linguagem, aos discursos que circulam socialmente, particularmente no que se refere ao *broadcast* audiovisual e à difusão culturalista em todos os seus formatos. Os mestres de retórica e os sofistas, aos quais se opuseram Sócrates e Platão, equivalem, em termos de função social, aos dispositivos maquinais de comunicação, que suscitam igualmente um novo tipo de discurso pedagógico. Pode parecer um contrassenso evocar

a experiência do antigo grego, a propósito da constituição de uma ciência social ultramoderna, quando se sabe que a educação moderna não corresponde exatamente à *paideia* e que o ordenamento tecnológico do mundo vem se construindo precisamente sobre os escombros do platonismo, isto é, da metafísica. Ao mesmo tempo, entretanto, a analogia é relevante quando se leva em conta que essa nova ordem objetivista-tecnológica sugere a hipótese de outra forma de vida, o *bios virtual* (resultante de nova tecnologia das relações sociais) ou uma espécie de “telemorfose integral da sociedade” (cf. BAUDRILLARD), capaz de funcionar até certo ponto com uma lógica própria, autorreferente (tautológica) sobre um “território” feito de pura informação, que seduz a esfera pública pelo êxtase da conexão. (SODRÉ, 2012, p. 13).

Já a visão interacional linguística de José Luiz Braga considera que, ao se pensar em comunicação há uma tendência de se falar de meios de comunicação, no entanto, essa é uma visão que necessita ser superada. Para o autor a comunicação é intrínseca ao ser humano e é devido a ela que existem as sociedades e as comunidades. Desse modo, Braga e Calazans (2001) definem a comunicação como um processo simbólico que organiza trocas humanas que viabilizam diversas ações e objetivos.

Uma maneira (intuitiva e não definidora) de referir-se a interação comunicacional é considerar que se trata de processos simbólicos e práticos que, organizando trocas entre os seres humanos, viabilizam as diversas ações e objetivos em que se vêem engajados (por exemplo, de área política, educacional, econômica, criativa ou estética) e toda e qualquer atuação que solicita co-participação. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p.16).

José Luiz Braga também defende que, com esse olhar do fazer comunicativo, fica evidente que a necessidade comunicacional foi um dos fatores geradores das tecnologias midiáticas, não o contrário.

Podemos então assinalar que são objetivos comunicacionais que geram e desenvolvem as tecnologias midiáticas, que as direcionam para a ampliação e aceleração das comunicações. Não são os meios de comunicação que (como invenções de laboratório) direcionam a sociedade, mas é esta – por suas metas, problemas e processos – que os determina. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 17).

Essas duas possibilidades interessam a esta pesquisa que aqui se apresenta por tratarem a comunicação do ponto de vista de uma troca e da interação humana, que, por sua vez, é um ambiente mutável.

Apesar do viés linguístico citado ser muito importante e abrangente para este estudo, é necessário complementá-la com uma outra perspectiva: a definição ética.

Nesse campo se tem a noção diferencialista e a consensualista. Ambos os conceitos possuem contribuições de grande valor para esta análise. Para a primeira noção se tem José Marcondes Filho como representante de grande contribuição na área. Em sua abordagem a comunicação é entendida como um acontecimento que gera transformação, existe aprendizado entre as partes envolvidas.

Os processos de comunicação social são os novos estruturantes da vida em sociedade neste final de século XX. A tecnologia eletrônica tomou o lugar do trabalho como força determinante do social, abrindo-nos situação ordenada por princípios até então estranhos e que não guardam analogia com nenhuma outra época. (MARCONDES FILHO, 2008, p. 105).

E na abordagem consensualista Jürgen Habermas é o maior representante desse campo. Ele defende que comunicar é dialogar, respeitar e saber estabelecer um consenso, mesmo que as partes envolvidas discordem, existe reciprocidade e negociação de sentidos. É importante assinalar que essa visão converge com o que Paulo Freire acreditava, sobretudo quando se fala em educação e na capacidade de emancipar a sociedade. Nas palavras do filósofo:

Os componentes do mundo da vida resultam da continuidade do saber válido, da estabilização de solidariedades grupais, da formação de autores responsáveis e se mantêm através deles. A rede da prática comunicativa cotidiana espalha-se sobre o campo semântico dos conteúdos simbólicos, sobre as dimensões do espaço social e sobre o tempo histórico constituindo o meio através do qual se forma e se reproduz a cultura, a sociedade e as estruturas da personalidade. (HABERMAS, 1990, p. 96).

Além disso, com a publicação da sua obra 'Teoria do agir comunicativo', Habermas (1990) expõe a lógica entre comunicação, política e democracia. Para ele é necessário haver diálogo, negociação de saberes e participação ativa na sociedade que visam alcançar um objetivo.

Quando se fala em democracia, liberdade e diálogo, além de Jürgen Habermas pode-se citar o autor brasileiro mundialmente reconhecido por sua voz ativa e contribuições: Paulo Freire. Em uma visão complementar e de grande relevância para este estudo, este autor, deixou, em meio a uma vasta produção bibliográfica, um dos seus principais legados: as publicações sobre a ação dialógica.

A principal crítica do pensamento freiriano – quase oposto ao modelo informacional citado no início deste texto – diz respeito à educação 'bancária' e à pedagogia, modelo que simplesmente deposita as informações nos estudantes de

forma totalmente passiva e despreparada para uma emancipação social. A maior consequência disso está em uma sociedade facilmente manipulável e presa em crenças que lhe foram impostas.

Enquanto na prática “bancária” da educação, antidialógica por essência, por isso não comunicativa, o educador deposita no educando o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele, na prática problematizadora, dialógica por excelência, este conteúdo, que jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão do mundo dos educandos, em que se encontram seus temas geradores. (FREIRE, 1987, p.102).

Paulo Freire defendia a comunicação por meio do diálogo e da troca entre professor e aluno, de modo que a comunicação fosse instrumento de constante mudança, sendo que através dela o homem poderia transformar o mundo e o mundo o transformaria através da história.

Assim, para a análise aqui empreendida, acerca do viés consensualista, leva-se em consideração principalmente o que é dito acerca do campo interacional, sobretudo na perspectiva linguística e na definição ética.

Uma vez elucidado acerca do conceito de comunicação, cabe agora entender de que forma ela é vista como uma ciência no contexto em que vivemos e suas possibilidades.

### 2.3 COMUNICAÇÃO COMO CIÊNCIA BÁSICA TARDIA

A ciência da comunicação é relativamente nova e apenas em alguns países é abordada como disciplina científica própria. No Brasil surgiu entre os anos de 1950 e 1960 nas primeiras escolas e cursos de jornalismo e, depois, de publicidade e audiovisual. Induziu os professores universitários a buscar uma conformação científica que lhes desse base para o desenvolvimento teórico de seus objetos e suas práticas. O contexto mundial – de globalização, e nacional – em um País de proporções continentais, enorme desigualdade social e instabilidade econômica e política, estabelecia condições específicas para um tipo próprio de enfrentamento das realidades comunicacionais. As quais se estabeleceram em uma institucionalidade midiática altamente concentrada em mãos de algumas famílias e muito pouco comprometida com os ritos democráticos e civilizacionais que o País precisava desenvolver.

Classificada como ciência social aplicada, a comunicação como disciplina científica nasceu carimbada por uma atribuição instrumental de significado, que emergiu de um olhar reificado das tecnologias e das instituições midiáticas. A própria palavra ‘mídia’ – abasileiramento da pronúncia inglesa do latim *media*, plural de *medium*, significando meio ou mediador – é típica desse olhar. Até hoje o campo científico da comunicação não conseguiu tanger o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a alterar essa configuração instrumental e subalterna da área de comunicação na hierarquia das ciências (SIGNATES, 2018; ROMANCINI, 2007).

O percurso do debate epistemológico no campo da comunicação, contudo, tem experimentado avanços significativos nas últimas décadas, especialmente nas primeiras do século XXI. Teorizações de maior vigor têm buscado discernir o objeto da comunicação e, em alguns casos, têm formulado definições fortes para o conceito de comunicação, como o lançamento, há pouco mais de uma década, da Nova teoria da comunicação (2008), por Ciro Marcondes Filho.

Isso porque, rigorosamente, a comunicação não é ciência aplicada, pois não reside na aplicação de um conhecimento científico anterior, como diz Luiz Signates:

A comunicação não é ciência aplicada, pois não reside na aplicação de um conhecimento científico anterior. Todos os campos de relações midiáticas primeiramente fizeram, depois é que veio a compreensão deles. (SIGNATES, 2018 *apud* BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 12).

Isso se aplica pelo menos como relações sociais, já que, no âmbito técnico, as tecnologias de comunicação foram, sim, aplicações dos conhecimentos existentes nas ciências físicas e matemáticas.

Nisto, surge o seguinte questionamento: por que seria uma ciência básica? Porque os contextos comunicacionais se tornaram tão evidentes e capilarizados que a comunicação, mais do que nunca, estrutura a própria condição social e histórica da vida humana, exigindo, por isso, uma teorização à altura dos desafios que apresenta. É a noção de ciência básica que leva ao estudo da educação. Esse olhar altamente tecnicista para a comunicação distorce seu sentido orgânico, estruturador da realidade e da cultura humana, limitando sua percepção a um mero instrumento.

## 2.4 CLAMOR DE CONTEXTO

Chega-se, finalmente, ao conceito que Luiz Signates chama de 'clamor por contexto', que se caracteriza como uma demanda social de largas proporções que reconheça a comunicação como uma ciência básica, buscando conectar o ser humano à produção de sentidos, ao pensamento, à ética e que busque por justiça social (SIGNATES, 2018).

Os avanços tecnológicos aceleraram e tornaram mais evidente o fato de que as pessoas precisam de uma educação voltada para a emancipação. Estudar os regimes de comunicação e educação e entender de que forma esses elementos se comportam nas práticas pedagógicas em comparação com o cotidiano das pessoas é também uma forma de expandir o debate em um campo com poucas pesquisas e, assim, evidenciar o 'clamor por contexto'. Na medida em que se reconhece essa ciência há o combate a uma visão meramente instrumentalista, que por sua vez, talvez ocorra devido a uma ansiedade de fuga ou incerteza, dando espaço para posicionamentos generalizados e simplificadores de deslumbramento por processos tecnológicos (BRAGA; CALAZANS, 2001).

Debray (1993) afirma que estávamos vivendo em uma sociedade sob o império das imagens. Nessa perspectiva, o autor fala que o homem vivenciou três grandes eras, que serão discutidas de forma mais aprofundada mais adiante: a logosfera – onde a imagem era a vista como sobrevivência, e a crença é o que prevalece; a grafosfera – momento em que tanto a escrita como a imagem adquirem papel sagrado e adquirem sua centralidade como expressão artística; e, por fim, a videosfera – momento alavancado inicialmente pelo cinema e pela televisão, onde, posteriormente, com a globalização, o que prevalece é a produção, o volume e a distribuição de significados em um cenário majoritariamente ditado pelo mercado e pela publicidade. O poder de compra, a difusão e a influência têm maior importância (DEBRAY, 1993).

Além de analisar historicamente sob a ótica da videosfera, é fundamental citar o protagonismo da globalização porque se trata de um período consequente da revolução tecnocientífica. Período este demarcado pela aceleração da produção tecnológica, o aumento do volume de informações e pelo consumo em grande escala, que teve sua ascensão em 1960 com a internacionalização e a difusão do consumo – não somente de produtos físicos como também na fusão entre culturas, informações e práticas, dentre outros aspectos.

No mundo contemporâneo essas características contrastam ainda mais com o advento do *big data*, da internet e das redes sociais, em um mundo onde as informações e os compartilhamentos não possuem barreiras, formalidades ou distinções claras, dando lugar a uma infinidade de símbolos e cada vez com menos sentido. Para Baudrillard (1991) estamos em um universo com cada vez mais informações e, paradoxalmente, com menos sentido.

A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. E agora o mapa que precede o território – precissão dos simulacros – é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa. É o real, e não o mapa, cujos vestígios subsistem aqui e ali, nos desertos que já não são os do Império, mas o nosso. O deserto do próprio real. (BAUDRILLARD, 1991, p. 8).

Assim, educação e comunicação – dois elementos inseparáveis – são a chave para emancipar uma sociedade e para a formação de um pensamento crítico. De forma alguma está-se propondo, aqui, ir contra a internacionalização, a exportação ou a globalização. No entanto, percebe-se a centralidade que a educação adquire dentro dessa lógica para que as pessoas possam de fato transformar a sociedade e não serem apenas receptores do que a mídia propõe.

Isso significa dizer que há um compromisso com o fortalecimento de indivíduos pensantes que vai além da educação formal em sala de aula. Pois, se a comunicação contemporânea não possui barreiras, ou seja, ela é informal, a educação também deve atentar-se a isso.

Tendo como referência o pensamento de Paulo Freire, haja vista sua grande contribuição no que concerne ao pensar a educação como elo entre liberdade e formação social, dedicando-se principalmente às camadas mais vulneráveis da população na América Latina, o escritor pernambucano, em sua obra 'Educação como prática de liberdade' (1967), fala sobre as pessoas reconhecerem seu papel como construtores de cultura e sua ação sobre ela. A importância do domínio da comunicação está justamente na possibilidade de perceber que “[...] o homem não está *no* mundo, mas sim *com* o mundo” (FREIRE, 1967 p. 111, grifos do autor) e, por isso, somos todos capazes de transformar a realidade ao nosso redor.

Segundo Braga e Calazans (2001), o ângulo comunicacional se tornou relevante no espaço de todas as instituições e atividades da sociedade. Para os

autores o campo educacional está diretamente ligado ao desenvolvimento das novas interações da comunicação social. Por isso, educação e comunicação são dois campos imbricados e precisam ser estudados juntos.

Os fatores mais preocupantes dessa nova era são: o desenvolvimento de novas formas de manipular conteúdos; os compartilhamentos e alcances massivos das publicações, sendo que os conteúdos que antes eram censuráveis por faixas etárias chegam aos jovens cada vez mais rápido; além da reverberação de 'fatos' substituir a veracidade dos mesmos (SIGNATES, 2018).

Desse modo, encerra-se este capítulo delimitando a noção de comunicação e seus desdobramentos. Inicialmente discorreu-se sobre o que vem a ser a comunicação. Primeiro dizendo o que ela não pode ser considerada para, enfim, alcançar a ideia daquilo que mais se aproxima do fenômeno comunicativo por meio de três grandes modelos e suas derivações.

Isto posto, observa-se que, a partir do entendimento do conceito, a comunicação enfrenta problemas no âmbito acadêmico ao ser considerada uma ciência social aplicada, uma vez que suas características e o contexto que vivenciamos deixa clara a noção de que se trata de uma ciência básica e necessária ao ensino e às pesquisas brasileiras. Cabe então, no próximo capítulo, entender de que forma a educação se relaciona com a problemática abordada e os possíveis desafios.

### 3 A QUESTÃO DA COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

No capítulo anterior dissertou-se acerca das principais teorias da comunicação e seus autores. Bem como quais as definições mais interessantes a serem consideradas.

Neste capítulo discute-se a comunicação sob a perspectiva da educação: seus conceitos, principais autores, o cenário brasileiro de pesquisas acadêmicas e, por fim, os dispositivos legais brasileiros a fim de entender de que forma a educação em comunicação no Brasil está situada diante os problemas levantados na introdução desta monografia. A grande questão que norteia este capítulo é: como a comunicação tem se dado nos ambientes educacionais? Quais manifestações comunicacionais existem no campo da educação brasileira?

Para isso, primeiramente conceitua-se o que vem a ser educação de acordo com Paulo Freire e os estudos de José Luiz Braga sobre os ambientes de aprendizagem. Em seguida, apresenta-se um levantamento sobre a produção acadêmica de educação em comunicação no Brasil em um intervalo de tempo de 1960 até aproximadamente o ano 2000 para entender para onde os estudos e esforços acadêmicos foram canalizados nas últimas décadas. Por fim, na última parte deste capítulo está o resultado da análise da documentação da legislação brasileira em relação a este tema, sendo que o objetivo primário foi o de entender como a comunicação e a educação se comportam dentro dos dispositivos legais brasileiros. É importante ressaltar que a segunda e a terceira etapa desse capítulo são frutos do trabalho de iniciação científica iniciado em 2020.

#### 3.1 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO

A maioria de nós já nasceu imerso em um sistema de ensino e aprendizagem teoricamente estruturados o qual desde os primeiros anos de vida frequentamos. Com isso, há uma tendência natural de assimilar aprendizagem com educação e educação com escola.

Essa tendência não é equivocada em sua totalidade. No entanto, para entender a educação é necessário aprofundar-se muito mais: o homem aprende e transmite seus saberes antes mesmo da existência da escola. A educação transcende o espaço

físico das escolas e das metodologias, ela nasceu com o ser humano. Civilizações, culturas e até mesmo a propagação da espécie humana – como dito anteriormente – dependeram da troca de conhecimentos para chegar até onde está hoje.

Por isso é um grande erro falar apenas em ambientes pedagógicos e escolas ao se falar em educação e aprendizagem. Não se aprende somente na escola. É também importante delimitar o que é ‘conhecimento’; de acordo com o Dicionário Aurélio:

S.m. 1. Ato ou efeito de conhecer. 2. Ideia, noção. 3. Informação, notícia, ciência. 4. Prática da vida; experiência. 5. Discernimento, critério, apreciação. 6. Consciência de si mesmo; acordo. (FERREIRA, 2005).

Essa definição revela que o conhecimento, ao contrário do que muitos pensam, não se dá apenas a partir das matérias aprendidas em sala de aula. Tampouco faz sentido medi-lo somente por meio de um número. Ele pode ser entendido como prática da vida, discernimento, critério e consciência de si mesmo. Com isso, torna-se claro que a aprendizagem é um fato social e não pode ser confundida ou reduzida apenas ao ambiente escolar.

Dito isso, cabe delimitar então os principais espaços em que a aprendizagem acontece. Para Braga e Calazans (2001) a sociedade reconhece pelo menos três cenários onde ela acontece, fora o ambiente escolar. O primeiro é na família, ambiente em que a pessoa nasce. O segundo na cultura, espaço de caráter público e social. E, por fim, o terceiro seria dentro das práticas profissionais cotidianas. No espaço em que nenhum desses itens se encaixa é onde a escola entra como prática direcionada de aprendizagem. Nas palavras dos citados autores:

De um modo resumido, poderíamos dizer que a Sociedade atribui ao seu sistema propriamente educacional todas as aprendizagens que, percebidas como de particular valor humano e social gera, não podem ser deixadas aos espaços auto-regulados da família, cultura e da vida prática. A base da clivagem é que na Educação há direcionamento e intencionalidade social expressa, enquanto que nos demais espaços os processos são ‘espontâneos’ ou eventuais. (BRAGA; CALAZANS, 2001, p. 37).

Isso ficou ainda mais evidente quando se falou, no capítulo anterior, sobre o ‘clamor de contexto’, já que agora, mais do que nunca, há uma rede de informações circulando em espaços físicos e virtuais.

Tendo pontuado os espaços onde a aprendizagem acontece, entendendo que se trata de um fenômeno social – e, inevitavelmente, comunicacional, observa-se que

Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação. (FREIRE, 1983, p. 44).

Assim, chega-se ao ponto de partida deste capítulo: de que conceito de educação está se falando para este estudo?

Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo, cuja virtude única é ter mesmo paciência para suportar o abismo entre sua experiência existencial e o conteúdo que lhe oferecem para sua aprendizagem, mas o seu sujeito. (FREIRE, 1967, p. 111).

Servem de inspiração inicial para definir um conceito as contribuições e reflexões de Paulo Freire, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, quando desenvolveu estudos e se debruçou sobre a perspectiva da educação de cunho libertador, ou seja, que pode contribuir para a transformação da sociedade. Para este autor a educação está baseada no diálogo e na troca. Na medida em que interlocutores buscam significação em significados.

A educação, pelo contrário, em lugar de ser esta transferência do saber – que o torna quase “morto” –, é situação gnosiológica em seu sentido mais amplo. Por isto é que a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dêle discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus *comunicados*. A educação é comunicação, é diálogo<sup>1</sup>, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (FREIRE, 1983, p. 46).

Desse modo, para o estudo aqui apresentado partiu-se da definição freireana de educação, que a enxerga como um elo entre democracia e emancipação social e que busca o fortalecimento do indivíduo através de sua prática, seja em espaços de educação formais ou não-formais.

### 3.2 O PROBLEMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Vermelho e Areu (2005), em sua pesquisa com o objetivo de verificar o estado do debate da arte da área de educação e comunicação em periódicos brasileiros no período de 1982 a 2002, o assunto que apresenta maior número de pesquisas é metodologias didático-pedagógicas, caracterizando uma produção voltada para como os meios estão sendo utilizados em sala de aula; ou ainda voltadas para práticas de uso, sendo que no ano de 1990 foi realizada a maior parte dessas pesquisas.

Historicamente a produção de pesquisas sobre a temática citada foi intensificada na segunda metade da década de 1990 e isto se deve a diversos fatores, mas se deu principalmente após a criação da Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Fundamental (PCN/Educação Fundamental). Foi naquele período que a ciência reconheceu, por meio de pesquisas, a necessidade de abordar o modo como se comunica e produz o conhecimento em face do surgimento de ferramentas diferentes dos livros. Outro fato importante é que no mesmo período surgiram importantes fóruns de pesquisadores como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) e a Sociedade Brasileira de Informática na Educação (SBIE), como dizem Vermelho e Areu (2005).

Na década de 1990 também foram criados, de forma mais institucionalizada, alguns fóruns de pesquisadores na área, tal como o GT16 integrante da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Educação (ANPED), na INTERCOM o grupo de Comunicação e Educação, e com uma perspectiva voltada para as tecnologias digitais, surge a Sociedade Brasileira de Informática na Educação fazendo seu primeiro Simpósio (SBIE) no início dos anos 1990. Começam a chegar e ampliar o acesso no Brasil de publicações internacionais (Litwin, Barbero, Sancho etc.) oriundas de ambas as áreas, mas que começam a trazer uma enorme contribuição, além de outros autores já renomados. (VERMELHO; AREU, 2005, p. 1424).

As pesquisas realizadas pelas citadas autoras caracterizam a produção acadêmica e mostram com propriedade sobre os temas mais relevantes e os menos relevantes entre 1982 até 2002. Por outro lado, na circunstância atual do cenário de pesquisas em educação aplicada à comunicação no Brasil, este é um campo que se mostra claramente conflituoso e raso, repleto de desafios a serem estudados, uma vez que sua produção se dá de maneira desigual e pouco específica. Ou ainda pior: tornou-se um objeto de estudo reducionista ao uso de tecnologias em sala de aula,

como se aferrasse pessoas à condição de objetos e não enxergando o ser humano como sujeito transformador do espaço mediado por tecnologias, como diz Zuin (2010):

A projeção de tais questões, que remetem o uso das TIC para além do dado imediato, permite lembrar o mito de Prometeu: se, na mitologia grega, Prometeu é aquele que pensa antecipadamente (Galimberti, 2006), faz-se ainda mais necessária a crítica que pressente a utilização fetichizada da tecnologia. Se tal crítica for feita, talvez a vergonha que sentimos diante do poder dos aparatos tecnológicos nos impulse para a autorreflexão sobre o modo como continuamente nos aferramos à condição de objetos, e não de sujeitos de nossas ações educativas, as quais são mediadas, cada vez mais, pelas novas tecnologias de informação e comunicação. (ZUIN, 2010, p. 978).

Além disso, é perceptível a lacuna no que diz respeito aos estudos atualizados voltados para uma mudança no sistema de comunicação na educação ou que defendam a alfabetização digital desde a pré-escola. Não é o intuito deste trabalho afirmar que não houve produções a respeito dessa problemática nas últimas décadas, mas sim: a) inferir que essas pesquisas aconteceram em menor quantidade/especificidade quando comparada a outros temas; e b) atentar-se para o fato de que essas poucas pesquisas recentes não são de fácil acesso, o que dificulta ainda mais o aprofundamento nesse tipo de estudo. A percepção de que há uma possível lacuna em uma área tão relevante para a sociedade e para a ciência revela uma realidade preocupante diante do cenário caótico que vivenciamos.

### 3.3 LEGISLAÇÃO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Na primeira parte do capítulo entendeu-se sobre o conceito de educação e seu papel na sociedade, em seguida, observou-se os desafios que a educação brasileira enfrenta, caracterizando uma possível lacuna na produção acadêmica brasileira e seus desdobramentos da realidade educacional, que foi parte do projeto de pesquisa que originou esta monografia. Neste capítulo se tem uma análise da legislação brasileira, realizada também como parte do projeto de iniciação científica com o objetivo de entender de que forma a comunicação e a educação se comportam dentro dos dispositivos legais brasileiros e compreender como as normas legais da educação do país entendem a comunicação que a educação pratica. Ou seja: trata-se de entender se o marco legal brasileiro oferece subsídios para superar uma instrumentação da comunicação no âmbito educacional.

Nessa etapa foi realizada pesquisa documental nos seguintes dispositivos:

- a) Diretrizes da educação estadual – Documento Curricular;
- b) Diretrizes da educação nacional – Lei n. 9.394/1996;
- c) Diretrizes da educação municipal;
- d) Plano Estadual de Educação;
- e) Legislação Brasileira de Educação.

Os dados da pesquisa foram divididos em três categorias com subcategorias para critério de análise, sendo elas:

- a) ‘Comunicação como relacionamento’, com duas subcategorias:
  - a) Relacionamento entre professor-aluno;
  - b) Relacionamento entre instituições;
- b) ‘Comunicação como exercício da fala’, cujas subcategorias são:
  - Deveres de se falar/propagar ou comunicar algo;
  - Proibição de se falar/propagar ou comunicar algo;
- c) ‘Tematizações sobre questões profissionais da comunicação’, sendo suas subcategorias:
  - Mídia e conteúdos correlatos;
  - Profissões da área da comunicação – jornalismo, publicidade, dentre outros;
  - Tecnologias de comunicação;
  - Temáticas específicas relacionadas – manipulação de conteúdo, *fake news*, dentre outros.

Os indicadores de análise escolhidos, dentro de cada bloco de dados coletados com o intuito de observar e selecionar conteúdos e formas em cada um deles, foram:

- a) Regularidades – conteúdos que constituem repetição;
- b) Discrepâncias – conteúdos que se contradizem;
- c) Intensidades – conteúdos que apresentam intensidade em algum aspecto específico.

Os dados coletados, bem como as possíveis interpretações dos resultados, estão apresentados a seguir juntamente com cada trecho e ou citação de informações. Foram interpretados três conjuntos de informações: comunicação como relacionamento; comunicação como exercício de fala e tematizações sobre questões profissionais da comunicação.

Na primeira categoria citada, o destaque das citações diz respeito ao dever da União de realizar o levantamento anual da demanda por creches e pré-escolas. Na legislação consta que ele deve ser realizado pela União juntamente com o Distrito Federal e os municípios para planejar e verificar o atendimento a essas populações.

O Distrito Federal e os municípios, com a colaboração da União e dos estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento. (BRASIL, 2015, p. 148).

Meta 1.16) o Distrito Federal e os Municípios, com a colaboração da União e dos Estados, realizarão e publicarão, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento; [...]. (BRASIL, 2014, p. 4).

Também se observou, com frequência, pontos acerca da responsabilidade dos gestores estaduais e do Distrito Federal de efetuarem o acompanhamento e a execução do Plano Nacional de Educação (PNE). Esses textos enfatizam que cabe, a esses gestores, criar as metas, estruturas e incentivos que acharem necessários – como por exemplo fóruns municipais e estaduais – para que as metas do PNE sejam cumpridas.

Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE. (BRASIL, 2015, p. 142).

Incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação; [...]. (BRASIL, 2014, p. 14).

Outro assunto merecedor de atenção e que obteve certa regularidade versa sobre o apoio à ampliação das equipes de profissionais da educação para atender as demandas de escolarização de deficientes, superdotados ou pessoas com transtornos globais. Os trechos analisados ressaltam a importância de apoiar a ampliação e a

oferta de equipes de professores e auxiliares para amparar o atendimento voltado para essa parcela da população. Também falam sobre incluir teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência em cursos de licenciatura. Por fim, destaca-se a questão arquitetônica no que diz respeito a projetar salas e ambientes multifuncionais que possam receber e acolher a todos os públicos.

Apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; [...]. (BRASIL, 2014, p. 4).

Incentivar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência; Promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência; [...]. (BRASIL, 2015, p. 155).

Garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno; [...]. (BRASIL, 2014, p. 5).

Priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica; [...]. (BRASIL, 2014, p. 3).

A temática relacionada ao fomento do atendimento às populações do campo, quilombolas e indígenas também é recorrente nesses documentos. Observou-se que o foco é o atendimento a essas populações na educação infantil, redimensionando a proporção de escolas por territórios, atendendo e respeitando as questões específicas dessas comunidades. Outro ponto citado é o da necessidade de ampliar a formação e a especialização de professores qualificados para atender a essas populações e suas especificidades.

[...] fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada; [...]. (BRASIL, 2015, p. 3).

Implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial; [...]. (BRASIL, 2014, p. 176).

Por fim, mas não menos importante, observou-se uma regularidade na temática relativa ao uso de tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras em sala de aula. O principal argumento utilizado nos trechos analisados está relacionado às novas formas de se comunicar, à necessidade de inovação, ao surgimento de uma nova realidade e, com ela, novas demandas e necessidades no campo do ensino e das formas de ensinar – mais especialmente sobre os instrumentos utilizados para tal.

Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais [...]. (BRASIL, 2015, p. 9).

Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores(as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras; [...]. (BRASIL, 2016, p. 156).

Diante de uma nova realidade social, com uso frequente de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), surgem novas demandas e necessidades. Desse modo, a escola precisa repensar o ensino, preparando os estudantes para uma sociedade cada vez mais digital e para buscar no ciberespaço um lugar para se descobrir diferenças e identidades múltiplas, de maneira crítica (ROJO, 2013). (GOIÁS, [2019], p. 290).

Nos dispositivos analisados, por se tratar de legislações, não se observou, nessa categoria em específico, discrepâncias e intensidades expressivas.

Como resultado final da análise na categoria 'Comunicação como relacionamento' é possível perceber que há um predomínio de regularidades em relação às discrepâncias e intensidades, que, no caso deste estudo em específico, foram ausentes. Os relacionamentos mostrados foram aqueles entre a União e o Estado e municípios, sobretudo a respeito de como órgãos, em cada um dos entes, relacionam-se para cumprir metas e planos dentro de demandas sociais estabelecidas em dispositivos de lei. Isso indica que há uma administração da educação por meio

de uma hierarquia, onde um é responsável por auxiliar o cumprimento/fomento para o cumprimento de metas.

Foram encontrados também relacionamentos entre professores e alunos, especialmente professores/auxiliares da educação e alunos de grupos específicos – como de populações indígenas, quilombolas, superdotados, deficientes ou do espectro autista. Essa relação mostra que há necessidade de melhorar a estrutura educacional especializada para receber esses alunos; há ainda o reconhecimento de que a relação com cada um deles é particular e necessita de aprimoramento, estudo e infraestrutura para o acolhimento de suas necessidades. Por fim, identificou-se o relacionamento entre professor/aluno e tecnologias da informação em uma relação que privilegia o instrumento, a tecnologia. Não se fala sobre a formação de um caráter crítico a respeito do conteúdo por trás desses dispositivos.

Na primeira categoria analisada, 'Comunicação como exercício da fala', percebeu-se uma regularidade com relação a familiarizar os estudantes no campo das artes visuais e das manifestações culturais. No trecho há uma descrição sobre diferentes disciplinas da grade curricular estadual, onde se fala sobre o ato de identificar e interagir com espaços de atuações de artes visuais e eventos que promovem a cultura, como feiras, museus, exposições, dentre outros.

(EJAAR0626) Identificar e interagir com diferentes categorias de espaços e atuações das artes visuais (museus, galerias, instituições, feiras, praças, ruas, centros culturais, mercados, shoppings, artistas, artesãos, curadores, etc.) e outras instituições promotoras da cultura visual; [...]. (GOIÂNIA, 2018 p. 107).

(EF46AR07-A) Reconhecer, explorar e habituar-se a frequentar espaços do sistema das Artes visuais, como os museus, as galerias e instituições promotoras da cultura visual. (GOIÂNIA, 2018, p. 524).

Foi encontrado também, com frequência, nos dispositivos em análise, o assunto relacionado ao preparo dos estudantes para debater e se posicionar diante de situações cotidianas e sociais dentro de um certo tema. Nesse caso, os trechos também advêm da grade curricular que descreve disciplinas das instâncias municipal e estadual. Os textos descrevem acerca do que é esperado que os alunos aprendam em determinadas matérias, sendo essas ações: tomar nota em discussões, eventos e reuniões, aprender a se posicionar de forma sustentada em palestras, assembleias e discussões. Também está previsto que os estudantes possam debater casos reais ou

simulações relacionadas ao Código de Defesa do Consumidor e ao Código Nacional de Trânsito, dentre outras temáticas relacionadas.

(EF69LP26) Tomar nota em discussões, debates, palestras, apresentação de propostas, reuniões, como forma de documentar o evento e apoiar a própria fala (que pode se dar no momento do evento ou posteriormente, quando, por exemplo, for necessária a retomada dos assuntos tratados em outros contextos públicos, como diante dos representados). (GOIÁS, 2019, p. 625).

(EF69LP25-A) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão, assembleia, reuniões de colegiados da escola, de agremiações e outras situações de apresentação de propostas e defesas de opiniões. (EF69LP25-B) Respeitar as opiniões contrárias e propostas alternativas. (EF69LP25-C) Fundamentar seus posicionamentos, no tempo de fala previsto, valendo-se de sínteses e propostas claras e justificadas. (GOIÁS, 2019, p. 625).

(EAJALP08107) Debater casos, reais ou simulações, submetidos a juízo, que envolvam desrespeitos a artigos, do ECA, do Código de Defesa do Consumidor, do Código Nacional de Trânsito, de regulamentações do mercado publicitário etc. (GOIÁS, 2019, p. 488).

(EAJALP08109) Posicionar-se de forma consistente e sustentada em uma discussão, assembleia, reuniões de colegiados da escola, de agremiações e outras situações de apresentação de propostas e defesas de opiniões. (GOIÁS, 2019, p. 488).

(EAJALP0743) Participar de debates, reuniões escolares e da comunidade, assembleias e outras situações nas quais necessitem de apresentação de propostas e defesas de opiniões. (GOIÁS, 2019, p. 470).

(EAJALP02222) Participar de debates problematizando situações da realidade social que merecem serem investigadas trazendo diferentes abordagens sobre o assunto pesquisado. (GOIÂNIA, 2018, p. 387).

No que tange os conteúdos discrepantes e intensidades, não foram encontrados assuntos relacionados dentro da temática em questão.

Como resultado da segunda categoria, 'Comunicação como exercício da fala', percebeu-se, dentro das regularidades, que os exercícios da fala mostrados são relativos à linguagem e expressão artística – incluindo manifestações visuais, verbais, escritas e não-verbais. Pelo modo como estão descritas as atividades esperadas dentro de uma disciplina, entende-se o que diz a legislação como um comportamento esperado ou meta a ser atingida. Talvez por se tratar de uma grade curricular, não houve descrição de como isso será feito, apenas indicações. Também há indicação sobre o ato de frequentar ambientes onde existe a linguagem cultural e suas manifestações como uma das formas de ensiná-las.

Outro ato de comunicação como exercício da fala identificado diz respeito ao ato de falar em público, de se posicionar, de debater sobre situações, e, de forma indireta, sobre o exercício do senso crítico diante alguns documentos legais. São apontadas as atividades que podem ser realizadas para estimular a ação e também o que se espera desses comportamentos. Por exemplo: que saibam tomar notas em reuniões, que possam se posicionar e outras. Provavelmente, pela natureza do dispositivo analisado – documentos curriculares, grandes estaduais – haja mais apontamentos e descrições sobre disciplinas escolares, eixos estruturantes que devem nortear o ensino. Mas nos trechos em análise, não se aprofundou em como, quais meios ou com uma intenção justificada ou embasada.

Por fim, na terceira categoria, ‘Tematizações sobre questões profissionais da comunicação’, na análise das Diretrizes da Educação Estadual foi observada uma constância no que diz respeito à era da instantaneidade das trocas de informações e suas consequências, como as *fake news*, pós-verdades e alienação. Nos trechos destacados percebe-se uma preocupação em despertar, nos estudantes, o senso crítico para que se situem em relação aos fatos que acontecem no mundo e compreendam a necessidade dos procedimentos de checagem da veracidade de informações.

O foco em ensinar a detectar, investigar, analisar e distinguir fatos de opiniões a partir de temas propostos também é ressaltado. Além disso, relacionar as estratégias de persuasão e apelo ao consumo em textos publicitários. Em síntese, os textos enfatizam a importância do ensino que gera reflexão, dúvida e questionamento, a partir de ações como, por exemplo, a análise de textos argumentativos da esfera jornalística e a participação em discussões e debates. Tendo por objetivo estimular a consciência, a curiosidade, o posicionamento, a ética, o respeito, a responsabilidade e a autonomia.

Numa sociedade cada vez mais pragmática e utilitarista dos saberes, marcada pela instantaneidade das trocas de informação, o conhecimento histórico tende a secundarizar-se; [...]. (GOIÁS, 2019, p. 226).

Relacionar as estratégias de persuasão e apelo ao consumo, em textos publicitários, com os recursos linguístico-discursivos utilizados, como imagens, tempo verbal, jogos de palavras, figuras de linguagem etc., com vistas a fomentar práticas de consumo conscientes, formação de consumidores críticos, reflexão sobre consumismo, dentre outros; [...]. (GOIÁS, 2019, p. 575).

Desse modo, tal postura requer que os estudantes sejam curiosos, responsáveis, saibam se posicionar e formular pontos de vista com argumentos baseados em fontes seguras. Isso porque muitos conteúdos são viralizados na internet, fomentando fenômenos da pós-verdade. Logo, muitos seguem a linha das opiniões, deixando de considerar os fatos em si; [...]. (GOIÁS, 2019, p. 575).

(EAJALP0820) Detectar e investigar o fenômeno da disseminação de notícias falsas nas redes sociais (fato e fake), a partir de um tema proposto. (GOIÂNIA, 2019, p. 479).

Distinguir fatos de opiniões em textos argumentativos da esfera jornalística para reconhecer o posicionamento de opiniões divergentes e convergentes entre textos e os elementos argumentativos que as sustentam; [...]. (GOIÁS, 2019, p. 560).

De ampliar e qualificar a participação das crianças, adolescentes e jovens nas práticas relativas ao trato com a informação e opinião, que estão no centro da esfera jornalística/midiática. Para além de construir conhecimentos e desenvolver habilidades envolvidas na escuta, leitura e produção de textos que circulam no campo, o que se pretende é propiciar experiências que permitam desenvolver nos adolescentes e jovens a sensibilidade para que se interessem pelos fatos que acontecem na sua comunidade, na sua cidade e no mundo e afetam as vidas das pessoas, incorporem em suas vidas a prática de escuta, leitura e produção de textos pertencentes a gêneros da esfera jornalística em diferentes fontes, veículos e mídias, e desenvolvam autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos e possam produzir textos noticiosos e opinativos e participar de discussões e debates de forma ética e respeitosa; [...]. (GOIÁS, 2019, p. 571).

Dentro das mesmas Diretrizes da Educação Estadual, porém agora junto à Educação Municipal, observou-se, também com frequência, a presença da temática relacionada ao ensino de gêneros jornalísticos/publicitários, bem como a indicação da necessidade de despertar a capacidade crítica em conteúdos relacionados. Nos fragmentos reunidos nota-se um fundamento na necessidade de investigar, perceber, analisar e compreender os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários. Como também o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos; os efeitos de sentido de elementos da modalidade falada e as formas de composição do relatar/ argumentar dos gêneros jornalísticos, como notícias, artigos de opinião e entrevistas.

Investigar e usar as formas de composição dos gêneros jornalísticos da ordem do relatar e de argumentar. Refletir os movimentos argumentativos de sustentação, refutação e negociação e os tipos de argumentos. [...]. Empregar operadores argumentativos que marcam a defesa de ideia e de diálogo com a tese do outro: concordo, discordo, concordo parcialmente, do meu ponto de vista, na perspectiva aqui assumida etc. (GOIÂNIA, 2019, p. 483).

Perceber e analisar os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários. (EF69LP17-B) Perceber e analisar os aspectos relativos ao tratamento da informação em notícias, como a ordenação dos eventos, as escolhas lexicais, o efeito de imparcialidade do relato, a morfologia do verbo, em textos noticiosos e argumentativos, reconhecendo marcas de pessoa, número, tempo, modo, a distribuição dos verbos nos gêneros textuais (por exemplo, as formas de pretérito em relatos; as formas de presente e futuro em gêneros argumentativos; as formas de imperativo em gêneros publicitários). (EF69LP17-C) Perceber e analisar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e as estratégias de persuasão e apelo ao consumo com os recursos linguístico-discursivos utilizados (tempo verbal, jogos de palavras, metáforas, imagens). (GOIÁS, 2019, p. 621).

Entender e analisar os recursos estilísticos e semióticos dos gêneros jornalísticos e publicitários e os aspectos relativos ao tratamento da informação. Compreender e analisar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos. Explorar a modalização realizada em textos noticiosos e argumentativos (EAJALP0872). Verificar as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial. (EAJALP0874) Observar os efeitos de sentido de elementos típicos da modalidade falada, como a pausa, a entonação, o ritmo, a gestualidade e expressão facial, as hesitações etc. (GOIÁS, 2019, p. 484).

(EF04LP15) Distinguir fatos de opiniões/sugestões em textos (informativos, jornalísticos, publicitários etc.). (GOIÁS, 2019, p. 347).

Analisar e utilizar as formas de composição dos gêneros jornalísticos da ordem do relatar, tais como notícias (pirâmide invertida no impresso X blocos noticiosos hipertextuais e hiper midiáticos no digital, que também pode contar com imagens de vários tipos, vídeos, gravações de áudio etc.). Analisar e utilizar as formas de composição dos gêneros jornalísticos da ordem do argumentar, tais como artigos de opinião e editorial (contextualização, defesa de tese/opinião e uso de argumentos) e das entrevistas: apresentação e contextualização do entrevistado e do tema, estrutura pergunta e resposta etc. (GOIÁS, 2019, p. 621).

A partir do conjunto de pesquisas feitas no Plano Nacional de Educação (PNE), na Legislação Brasileira Sobre Educação (LBE) e nas Diretrizes e Bases da Educação Estadual, foi evidenciada uma regularidade no que tange as metodologias inovadoras no ensino-aprendizagem e no ensino a distância. Os itens coletados manifestam, de modo geral, a importância do incentivo ao desenvolvimento do uso de tecnologias na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio, além de práticas pedagógicas inovadoras. Destacando, também, a importância do auxílio ao ensino-aprendizagem mesmo com estudantes e professores em lugares ou tempos diversos. Enfim, visa preparar os estudantes para uma sociedade cada vez mais digital, assegurando a efetivação do ensino e da aprendizagem diante de uma realidade social que determina novas demandas e necessidades.

[...] fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade; [...]. (BRASIL, 2015, p. 6).

[...] incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas; [...]. (BRASIL, 2015, p. 8).

Fomentar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem; [...]. (BRASIL, 2016, p. 154).

Para os fins deste decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos [...]. (BRASIL, 2016, p. 200).

Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas; / fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos(as) alunos(as) [...]. (BRASIL, 2016, p. 156).

Diante de uma nova realidade social, com uso frequente de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), surgem novas demandas e necessidades. Desse modo, a escola precisa repensar o ensino, preparando os estudantes para uma sociedade cada vez mais digital e para buscar no ciberespaço um lugar para se descobrir diferenças e identidades múltiplas, de maneira crítica (ROJO, 2013). (GOIÁS, 2019, p. 290).

Dentro do PNE se observou que o objetivo de ampliar investimentos em pesquisas na área de tecnologia e inovação foi reiterado. Os trechos analisados têm enfoque na ampliação e investimentos em pesquisas tecnológicas visando o aumento da competitividade, a inovação e o desenvolvimento econômico do País. Outro ponto relacionado é o objetivo da universalização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação com propósito de melhorar a qualidade da educação básica.

[...] ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica; [...]. (BRASIL, 2015, p. 12).

[...] mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a

inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica; [...]. (BRASIL, 2015, p. 11).

[...] universalizar, até o quinto ano de vigência deste PNE, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; [...]. (BRASIL, 2015, p. 8).

Por fim, por meio da análise da Legislação Brasileira Sobre Educação (LBE), do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), notou-se uma divergência em relação à modalidade de ensino a distância. Primeiramente, a LBE cita a modalidade de modo explicativo, esclarecendo que estudantes e professores podem desenvolver atividades em lugares ou tempos diversos por meio da utilização de tecnologias. Em um segundo momento, trata como uma circunstância experimental, permitindo a existência de cursos ou instituições de ensino a distância. Já o PNE se coloca a favor da ampliação da educação a distância com o intuito de expandir a oferta e democratizar o acesso à educação. E, por último, LDBEN apresenta a modalidade como recurso provisório, de característica secundária, dando preferência ao ensino presencial.

Para os fins deste decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos [...]. (BRASIL, 2016, p. 200).

Nos termos do que dispõe o art. 81 da Lei nº 9.394, de 1996, é permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais para oferta da modalidade de educação a distância [...]. (BRASIL, 2016, p. 212).

[...] fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade; [...]. (BRASIL, 2015, p. 10).

A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância § 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (BRASIL, 1996, p. 26).

Fechando a categoria 'Tematizações sobre questões profissionais da comunicação' – sendo elas: mídias, profissões, tecnologias e assuntos específicos, é possível perceber nos documentos que há um predomínio de regularidades em

relação às discrepâncias, bem como ausência de intensidades – considerando os dados coletados e os parâmetros de análise. A primeira tematização encontrada com regularidade está relacionada à era da instantaneidade das trocas de informações e suas consequências, como as *fake news*, pós-verdades e alienação. Podendo ser justificada pelo avanço tecnológico e a globalização – que trouxeram a instantaneidade e a democratização das informações – não significando aumento de entendimento, noção e conhecimento. Por isso, é uma tematização muito relevante e constante, aspirando usar a educação para diminuir a alienação e o conformismo.

A segunda tematização é sobre o ensino de gêneros jornalísticos/publicitários, bem como o despertar da capacidade crítica em conteúdos relacionados, também observado com grande frequência – o que pode ser explicado pelo fato de ser um certo complemento à tematização anterior – em razão de que, desta forma, pode ser possível aumentar o campo da compreensão e percepção dos fatos. A terceira constância observada é sobre as metodologias inovadoras no ensino-aprendizagem e no ensino a distância, que envolvem assuntos atuais e se relacionam aos anteriores, visto que, diante de uma nova realidade, com uso frequente de tecnologias digitais da informação e comunicação, surgem novas demandas e necessidades.

A quarta última tematização apontada com frequência é sobre a ampliação de investimentos em pesquisas na área de tecnologia e inovação, relacionando-se com todas as outras tematizações, posto que uma das principais chaves para se alcançar o desenvolvimento do País é o investimento na área da educação, pois esta é a arma mais poderosa para mudar o mundo, parafraseando Nelson Mandela, ex-presidente da África do Sul. Por consequência desta realidade tecnológica, manifestam-se demandas que exigem, cada vez mais, inovações e reformulação de ideias, fundamentando a importância da ampliação de investimentos em pesquisas.

E, por último, a tematização sobre a modalidade de ensino a distância, foram observadas algumas divergências entre os trechos analisados nos documentos. No entanto, considerando ser um assunto atual, existe a chance de estarem desatualizadas, visto que, por exemplo, a LDBEN é uma lei de 1996.

Sendo assim, finaliza-se este capítulo concluindo que a noção de comunicação como ciência básica tardia no Brasil acontece de maneira nebulosa, fragmentada. Ela não é tratada como um objeto central e essencial das relações humanas, mas sim como algo secundário, como se fosse uma obrigatoriedade pedagógica. Isso significa

dizer que, se por um lado se tem, nas diretrizes educacionais, a presença de ementas, matérias e funções voltadas para a comunicação e suas interfaces; por outro, o preparo e o desenvolvimento de uma visão crítica são rasos. Isso porque existe uma tendência ambígua de seguir métodos 'tradicionais' de ensino. Por outro lado, há uma atenção grande para os meios de comunicação, como é o caso do uso de tecnologias, como forma de aproximação dos estudantes.

#### 4 COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E IMAGEM

No capítulo anterior, A questão da comunicação na educação, buscou-se alargar a discussão sobre os conceitos do que vem a ser educação sob a ótica de diversos autores, em particular de Paulo Freire. Em seguida, levantou-se possíveis lacunas na produção acadêmica brasileira de educação em comunicação e finalizou-se o raciocínio com uma pesquisa bibliográfica nos principais documentos legislativos de educação que complementou a visão aqui defendida sobre o tema. Vale lembrar que o conceito de comunicação que utilizado com base para fins de análise neste estudo foi delimitado anteriormente.

Neste capítulo busca-se unir o que foi proposto nos dois anteriores: conceitos em educação e comunicação, para, em seguida, apresentar uma análise conjunta com o raciocínio acerca da influência que as imagens exercem na humanidade atualmente. É também relevante entender de que forma esse processo aconteceu e como ele se encontra hoje em dia. Sem esquecer o mais importante: como a educação brasileira se comporta diante desses cenários, que mudam tão rapidamente, bem como tentar vislumbrar quais serão os desafios a serem enfrentados.

Para tanto, inicia-se discorrendo sobre a centralidade que as imagens adquiriram no mundo contemporâneo. Em seguida, realiza-se uma análise sobre o uso da imagem no âmbito educacional e, por fim, fala-se sobre os conflitos existentes entre a escola e as imagens atualmente.

É evidente que as imagens, nos dias de hoje, exercem uma função de grande influência na vida de todas as pessoas, não apenas a imagem estática como também a imagem em movimento. Existem maneiras diversas de entender a forma como a imagem se transformou ao longo das décadas. Neste estudo em específico se destaca os estudos mediológicos de Régis Debray, considerando três grandes momentos da humanidade: a logosfera, a grafosfera e a videosfera. Também é relevante levantar alguns pontos positivos e negativos sobre a era em que vivemos para subsidiar este capítulo com informações suficientes.

Na perspectiva de Debray (1993), a primeira era do olhar foi a logosfera. Ela aconteceu na era paleolítica, a partir dos primeiros registros rupestres no fundo das cavernas, cujas finalidades não eram apenas representativas, mas também ritualísticas e religiosas. Estima-se que a logosfera foi da era rupestre até parte da

Idade Antiga, com o marco específico do surgimento da escrita e a dúvida da humanidade sobre a existência dos deuses.

Naquele tempo, assume-se que a imagem atraía um olhar quase que mágico e que era voltada para a imortalidade, já que a morte foi o primeiro mistério com o qual o homem se deparou em sua existência. Foi através da imagem que cada civilização encontrou, na logosfera, uma maneira de lidar com ela como uma continuação e/ou forma de proteção divina. Etimologicamente, o termo imagem está relacionado a ídolo, que vem de “[...] eidolon, que significa fantasma dos mortos, espectro, e, somente em seguida, imagem, retrato” (DEBRAY, 1993, p. 24).

Assim, pode-se dizer que o homem pré-histórico encontrou, nas pinturas, uma forma de representar, no interior das cavernas, o seu cotidiano e também a continuação da vida. No Antigo Egito as pinturas de deuses eram colocadas ao lado dos sarcófagos ou de lugares sagrados, onde poucos tinham acesso. O Império Romano possuía esculturas que somente homens de muito poder podiam visitar. De forma semelhante aconteceu com civilizações diversas naquele período (DEBRAY, 1993).

É importante destacar que naquele momento da história a imagem não existia para ser vista ou idolatrada, ela servia como a ponte entre o visível e o invisível; vida e morte; homem e deus. Portanto, não eram os objetos que eram mágicos, mas a crença que se tinha neles. Era uma forma de pedir proteção divina. Com isso, também fica claro que o uso da imagem, mesmo em tempos remotos, era politicamente controlado e um exercício de poder. Um privilégio social de poucos (DEBRAY, 1993).

Já a grafosfera, a segunda fase do olhar sobre a imagem, atravessa desde a Idade Antiga até parte da Idade Contemporânea, em meados de 1920, conforme Debray (1993). Por ser uma era que atravessou grandes fases da humanidade, ela teve também alguns pontos marcantes que caracterizaram seu surgimento. Em um primeiro momento a grafosfera surge quando o olhar para a imagem, que antes era divino, passa ser artístico. O segundo ponto foi quando a escrita, com o passar dos anos, começou a adquirir papel superior dentre as elites, na realização de tratados e na alfabetização da burguesia – sendo que isso varia muito a cada época. Mas pode-se dizer que a grafosfera atinge seu ápice com o surgimento da imprensa de Gutenberg, que está explicado com mais profundidade adiante (DEBRAY, 1993).

Inicialmente, a grafosfera pode ser caracterizada com a transição da imagem divina para a imagem artística. Se antes o homem utilizava a representação como uma forma privilegiada e restrita de estar próximo de deus, nessa segunda fase ela permanece sendo privilégio, porém já não é mais restrita. Muito pelo contrário: a imagem, nessa fase, foi amplamente utilizada para idolatria, com finalidades políticas e para engrandecimento de figuras como forma de exercer poder. Assim, na maioria dos casos, já não havia preocupação com a representação fidedigna da realidade, mas sim de atingir um objetivo através da arte. Um bom exemplo dessa representação ocorreu durante o Império Bizantino, quando os imperadores começaram a assimilar suas figuras a características e símbolos até então divinos, como, por exemplo, as auréolas nas pinturas, o enquadramento e as cores (DEBRAY, 1993).

Tendo em vista que a representação da imagem através de pinturas e esculturas adquire função de 'alfabetizar' visualmente uma população e também de manipular um povo e exercer poder sobre ele, com o passar dos séculos outro signo começou a se sobrepôr à imagem: a escrita. Na Idade Média a população era amplamente analfabeta, apenas membros da Igreja e a elite da época, ou seja, um grupo muito restrito, tinha acesso à educação letrada, a bibliotecas e aos livros. Outro ponto que demonstra que aos poucos a escrita foi se sobrepondo à imagem naquela época, é que os tratados e documentos só tinham validade a partir de acordos firmados por palavras ou assinaturas e não por imagens. Foi nesse período também que se teve o nascimento da escola formal, imbricada com a Igreja (DEBRAY, 1993).

Mas a grafosfera atingiu seu momento de maior relevância com a invenção da máquina de imprensa, desenvolvida pelo alemão Johann Gutenberg no século VX. Tal invenção provocou uma grande mudança na sociedade europeia, nas formas de ler e de divulgar materiais escritos. Com a invenção da máquina, jornais, panfletos, livros e comunicados em massa começaram a ser difundidos. Conseqüentemente, opiniões foram formadas, audiências e leitores cada vez em maior quantidade, levando à hegemonia da escrita durante muitas décadas em boa parte da sociedade (DEBRAY, 1993).

Por fim, veio então a terceira era do olhar: a videosfera – que, segundo Régis Debray, é a que estamos atualmente. A terceira fase do olhar se deu inicialmente com a invenção da fotografia, seguida do cinema e, posteriormente, da televisão, mais precisamente em 1926. Com a televisão a difusão de informações foi ainda maior e

nela se pode observar que a imagem acontece através da luz – já que a formação dessas imagens não é feita à mão, como acontecia com as pinturas na logosfera; o homem retorna o olhar e a produção de sentidos por meio da imagem em movimento (DEBRAY, 1993).

Ressalta-se que o fato de um sistema adquirir mais relevância do que outro não significa que eles se anulam; no entanto, mostra que a comunicação está em constante mudança e que, quando o assunto é educação, faz-se necessário se adaptar a isso. Atualmente a comunicação está muito mais à frente que a TV e o cinema. Hoje se tem a internet, as redes sociais, os computadores, celulares e mecanismos que permitem estar conectado o dia inteiro – o que intensifica esse processo ainda mais.

O remete ao que está no subtítulo deste capítulo: as imagens, sejam elas vídeos no YouTube, reportagens ao vivo na televisão, *reels*, *stories* ou um Tik Tok – e sejam quais forem as próximas invenções que virão – fazem parte do nosso cotidiano e com elas novos cenários se formaram. Por um lado, tem-se mais velocidade e mais acesso – teoricamente falando. Todos hoje consomem conteúdos e podem produzi-los com facilidade. Outra característica da centralidade da imagem no contexto atual é que as pessoas podem compartilhar, reagir, concordar e se posicionar com mais destaque em seus espaços virtuais.

Por outro lado, há também um volume muito grande de conteúdos sendo gerados, muitos deles manipulados ou que visam atingir um público despreparado. É comum, por exemplo, que crianças tenham acesso a conteúdos inapropriados com mais facilidade e ter esse controle se tornou mais difícil. E, por fim, percebe-se que a centralidade das imagens provoca problemas, como a exposição excessiva, e, com ela, seus perigos.

Cabe agora entender de que forma a educação tem se comportado diante dessas mudanças e os desafios mediante um sistema que atravessa as barreiras da formalidade da sala de aula e que está em constante evolução para cumprir com sua função emancipatória em uma sociedade.

## 5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como tema 'A comunicabilidade da educação contemporânea no conflito com os regimes de visibilidade da sociedade atual'. Propôs-se, como objetivo, caracterizar a comunicabilidade da educação contemporânea em conflito com os novos regimes de comunicabilidade da sociedade. Para tanto, estruturou-se o trabalho em três capítulos.

No primeiro se fala sobre o problema comunicacional de forma geral, percorrendo sobre os conceitos de comunicação, sua relevância na sociedade e os modelos de comunicação, até chegar na definição de comunicação que atende ao que se propôs neste estudo. Em seguida, centraliza-se a questão da comunicação como uma ciência básica, justificando porquê ela deve ser vista dessa forma. E, no fechamento desse capítulo, fala-se sobre o clamor por contexto.

No segundo se aborda a questão da comunicação na educação. Inicia-se desconstruindo uma visão acerca da aprendizagem para, em seguida, explicar os meios nos quais ela se dá. Após apontar os principais ambientes em que a aprendizagem ocorre, chega-se à noção do que vem a ser a educação para este estudo. Em seguida apresenta-se o levantamento das produções acadêmicas de comunicação e educação no Brasil nas últimas décadas, bem como um levantamento realizado nos dispositivos legais brasileiros com base em categorias e subcategorias previamente definidas.

No terceiro, por fim, aborda-se sobre as imagens e sua centralidade no mundo contemporâneo, fala-se da imagem com didática e analisa-se os possíveis conflitos existentes entre as formas de ensinar na escola e entre os regimes de comunicabilidade das imagens. Finaliza-se o terceiro capítulo apontando o que há de comunicacional nas imagens e os possíveis desafios que se tem pela frente.

As imagens e os símbolos, sem dúvida, ocupam um espaço um lugar central nas formas de comunicar atuais. A cultura, juntamente com os meios, dialoga em prol de representações sociais e valores, exercendo influência e construindo parte da realidade que nos cerca.

## REFERÊNCIAS

- ALTARES, Guillermo. A longa história das notícias falsas. **El País**, Madri, 18 jun. 2018. Cultura. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298\\_389944.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/08/cultura/1528467298_389944.html). Acesso em: 25 nov. 2022.
- APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1991.
- BRAGA, José Luiz; CALAZANS, Regina. **Comunicação e educação**: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 25 nov. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005/2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20 set. 2022.
- CARVALHO, Rafiza Luziani Varão Ribeiro. Notícias falsas ou propaganda? Uma análise do estado da arte do conceito *fake news*. **Questões Transversais**: Revista de Epistemologias da Comunicação, v. 7, n. 13, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19177>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**: uma história do olhar no ocidente. Petrópolis: Vozes, 1993.
- CARDOSO, Ivelise de Almeida. **Propagação e influência de pós-verdade e fake news na opinião pública**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. DOI 10.11606/D.27.2019.tde-11112019-174743. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-11112019-174743/publico/IvelisedeAlmeidaCardoso.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (O mundo hoje, v. 24).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Antônio Signates; PUGLIESI, Carolina. **Comunicação, ciência e educação**: um estudo sobre a comunicação contemporânea e seus desdobramentos na educação brasileira. Plano de Trabalho. Goiânia: PUC-GO, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação e Esporte. **Documento curricular para Goiânia**: EAJA. Goiânia: SME, 2018. Disponível em: <https://sme.goiania.go.gov.br/site/index.php/institucional/documentos-oficiais-2/category/24-eja?download=363:dc-goiania-eaja>. Acesso em: 20 set. 2022.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Casa Civil. **Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação, para o decênio 2015/2025 e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-PEE-2015-2025-1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Ensino fundamental**: anos iniciais: documento curricular para Goiás. Goiânia: Seduc, [2019]. v. 2. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos\\_estados/go\\_curriculo\\_goias.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/go_curriculo_goias.pdf). Acesso em: 25 nov. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LUHMANN, Niklas. O conceito de sociedade. *In*: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa (org.). **Niklas Luhmann**: a nova teoria dos sistemas. Eva Machado Barbosa Samios, tradutora. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Goethe-Institut/ICBA, 1997. p. 75-91.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Das coisas que nos fazem pensar**: o debate sobre a Nova Teoria da Comunicação. São Paulo: ECA/USP, 2008.

OLIVEIRA, Gabrielle da Silva; TOLLITI, Felipe Moura de. Marielle Franco: polarização, fake news e pós-verdade. **Questões Transversais**: Revista de Epistemologias da Comunicação, São Leopoldo, v. 8, n. 15, p. 65-74, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/18640>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PINHEIRO, Rafaela Bortolin. Educação e comunicação: possibilidades de um caminho integrado em prol do diálogo e da cidadania. *In*: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA; CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ, 9., 2013, Curitiba.

**Anais eletrônicos** [...]. Curitiba: PUC-PR, 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/72959874-Educacao-e-comunicacao-possibilidades-de-um-caminho-integrado-em-prol-do-dialogo-e-da-cidadania-1.html>. Acesso em: 25 nov. 2022.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da comunicação no Brasil: institucionalização e capital científico**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. v. 1. DOI 10.11606/T.27.2006.tde-07052009-150949. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07052009-150949/publico/3204211\\_1.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-07052009-150949/publico/3204211_1.pdf). Acesso em: 25 nov. 2022.

SÁ, Alzira Tude. Uma abordagem matemática da informação: a teoria de Shannon e Weaver: possíveis leituras. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5 n. 1, p. 48-70, set. 2018. DOI 10.21728/logeion.2018v5n1.p48-70. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/2440/2394>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SHANNON, Claude E.; WEAVER, Warren. **A teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

SIGNATES, Luiz. A comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, v. 21, n. 2, maio/ago. 2018. DOI <https://doi.org/10.30962/ec.1387>. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/1387/1843>. Acesso em: 25 nov. 2022.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um caos criativo. **LOGOS 37: A cientificidade da comunicação: epistemologias, teorias e políticas**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 6-16, 2. sem. 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/download/5617/4133>. Acesso em: 25 nov. 2022.

TARDY, Michel. **O professor e as imagens**. São Paulo: Cultrix, 1976.

VERMELHO, Sônia Cristina; AREU, Graciela Inês Presas. O estado da arte da área de educação & comunicação em periódicos brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1413-1434, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nX4rzmhHD8yXTn88WjvBNK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ZUIN, Antônio A. S. O plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 961-980, jul./set. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/GMWKkPjZRBkd6dg3hJYSPVK/?lang=pt&format=pdf>.  
Acesso em: 25 nov. 2022.